

A PROPÓSITO DOS PRONOMES NOMINATIVOS NO PB

Jânia Ramos (UFMG)
Lorenzo Vitral (UFMG)
Elizete Souza (UFMG)

Na análise de formas reduzidas, empreendida em Vitral e Ramos (2006), observa-se que a presença de itens como *cê* (redução de *você*); *es* (redução de *eles*); e *sô* (redução de o *senhor*) na função de sujeito não causa agramaticalidade das construções, contrariamente ao que se passa quando esses itens funcionam como objeto. Observem-se os exemplos:

(1)a. *Cê/você ama a Maria?*

b. *A Maria ama *ce/você?*

(2)a. *Es/eles adora(m) a Maria.*

b. *A Maria adora *es/eles.*

(3)a. *Sô/o senhor vai sair agora?*

b. *Maria vai encontrar *sô/o senhor?*

A posição sujeito parece assim ser a sede desses processos de redução fônica que foram analisados, em Vitral e Ramos (2005), como etapas de processos de cliticização. O papel da a posição sujeito nesses processos pode ainda ser comprovada por uma evidência adicional.

No corpus composto de cartas pessoais do final do século XIX, organizado por Lopes (2005), trocadas por membros da família Ottoni, num registro, portanto, bastante íntimo, contabilizamos 42 ocorrências das formas *você/vocês* que aparecem na posição sujeito (26 ocorrências) ou como complemento de uma preposição (16 ocorrências); mas nenhuma na posição objeto. Associado a esta última posição, é soberano o emprego dos pronomes átonos.

Vamos observar agora que, no final do século XIX, era ainda produtivo o uso das formas *vossa mercê* e de suas primeiras reduções como a forma *vosomecê*. No corpus organizado por Chaves e Alkmin (2002), também composto de cartas pessoais e outros tipos de documentos, encontramos 11 ocorrências da forma *vossa mercê* e nenhuma ocorrência de *você* ou *vocês*, o que

indica que, nos documentos divulgados por Chaves e Alkmin, empregam-se registros mais formais da língua. De toda maneira, das onze ocorrências, nove aparecem na função de sujeito e duas na função de complemento de preposição. Utilizam-se ainda outras formas de tratamento como *vossa senhoria* ou *o senhor* e, na função de objeto, os pronomes átonos.

Predomina ,portanto,o emprego dessas formas de tratamento na posição sujeito e é nesta posição que estas formas sofrem processos de redução, com várias conseqüências empíricas e teóricas já discutidas por Vitral e Ramos (op.cit.). A questão que se coloca, portanto, é a razão da posição sujeito ser a sede desses processos de cliticização.

A intuição apontada em Vitral e Ramos (op.cit.:112) é que a dependência sintática entre a posição sujeito e um núcleo de uma categoria funcional (ou gramatical) pode ser vista como o mecanismo gramatical que está por trás da redução das formas que ocupam a posição sujeito. Propôs-se, mais especificamente, que o fato das categorias funcionais atraírem determinados itens para seu domínio de checagem é o que implementaria a redução fônica e semântica descritas por meio dos processos de gramaticalização. **Essa suposição retoma a afirmação de Roberts e Roussau de que a reanálise no processo de gramaticalização se dá pelo**

O conjunto de dados arrolados acima conduzem a duas conclusões: as formas inovadoras ocorrem na posição sujeito e tais formas podem ser descritas, de modo geral, como resultado de gramaticalização, em que há perda de substância fonética.

Os estudos realizados sobre o PB sobre pronomes nominativos, , portanto, têm permitido observar uma tendência de redução morfofonética nestes itens. O registro, quantificação e identificação de contextos em que a redução ocorre estão presentes em vários trabalhos, alguns deles foram mencionados acima.

Processos semelhantes são documentados em outras várias línguas. Um ponto comum entre as várias descrições é o fato de posição sujeito ser aquela em que, com mais freqüência, o fenômeno é observado. Bresnan (1998) analisa 289 e verifica que pronomes fracos são preferenciais na posição de sujeito.

Tais resultados permitem formular a seguinte questão:

Que correlação há entre o fenômeno da emergência de pronomes fracos e o conteúdo da categoria funcional que licencia sujeitos na língua? Nossa hipótese é que a dissociação entre Número e Caso seja o fator responsável.

Os dados

Concordância

Veja-se em (1) que o pronome forte favorece o verbo no plural, há concordância de número. Com o pronome não-forte, o verbo fica na terceira pessoa do singular, não havendo concordância de número:

- (1)a. es inventa um bocado de coisa (E42)
- b. os próprios industriais, eles num ampliam (E21)

Estes dados não são esporádicos, mas sistemáticos. Sua probabilidade é de .74 (Correa, 1998). Viegas e Jardel mostram que a probabilidade de queda de [I] em pronomes é quase seis vezes maior do que nos outros itens.

Veja-se aqui número e caso parecem ser separados.

Referência genérica

- (1)a. Crianças lêem revistinhas [+genérico].
- b. Criança lê revistinha [+genérico]
- (2)a. Children read comic books.
- b. *Child reads comic books

Para as autoras, no PB o Número e os outros traços estariam separados, mas não no inglês. Nessa última língua a concordância não seria produtiva e por isso todos os traços se realizariam juntos, obrigatoriamente.

Mais uma vez, número e caso parecem ser separados. Os contextos que favorecem os pronomes fracos são aqueles em que o tempo é presente, o aspecto é inconcluso e os traços phi são de 3^a. pessoa, plural e [-específico].

A comparação entre clíticos nominativos e clíticos acusativos

Os clíticos acusativos são [-genéricos], se plural

- (i)a. Eu o fiz [=o que lhe havia prometido]
- b. Eu os fiz [-genérico]
- c. Homens são assim. Contentá-los é difícil.
- d. *Homem é sempre assim. Contentá-lo é difícil.

O plural e o singular, ambos genéricos, só são possíveis em posição sujeito. Assim, haverá alguma categoria que distingue os pronomes acusativo e nominativo, quanto ao traço [+/- genérico]. Veja-se que os clíticos acusativos assemelham-se ao que ocorre em posição sujeito no inglês: só marcam o genérico se se realizam no plural.

Podemos então sintetizar da seguinte forma a tendência que os estudos sobre pronomes em posição sujeitos nos apontam:

Sujeito nulo – V flexionado NUM/PESS>

>sujeito pronominal forte+ V flexionado Num/Pess>

>sujeito pronominal forte+sujeito pronominal fraco +V flexionado NUM/PESS>

> sujeito pronominal fraco+ V flexionado Sem NUM/ 3aPESS

Essa tendência encontra nos dados de mudança, em tempo real e aparente, justificativas de modo a ser descrita como percurso diacrônico. E como outros percursos diacrônicos já estudados, a surgimento de uma nova etapa do processo não implica imediatamente o desaparecimento de ocorrências identificadas como etapas anteriores.

2ª. Parte: Por que 3ª. Pessoa seria a concordância default?

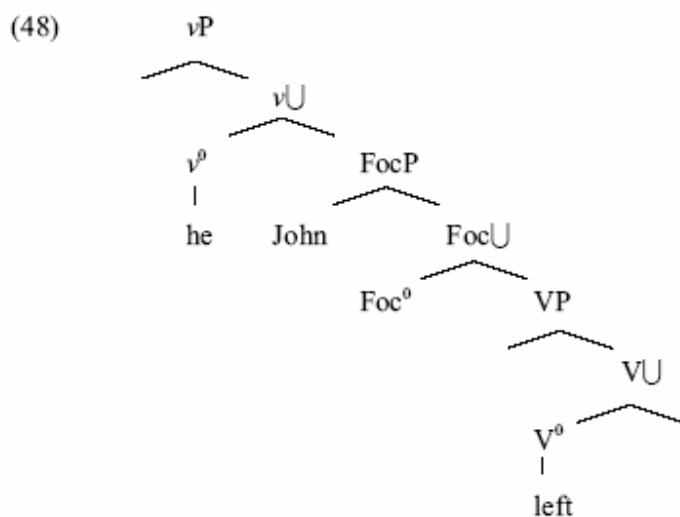
Se tivermos em conta que C+T valoram Caso e o traço D de EPP (Chomsky, 2002) e que a concordância se estabelece numa relação Spec-Núcleo, teremos um problema para explicar a tendência de não concordância observada no PB, apresentada em (1) e repetida abaixo:

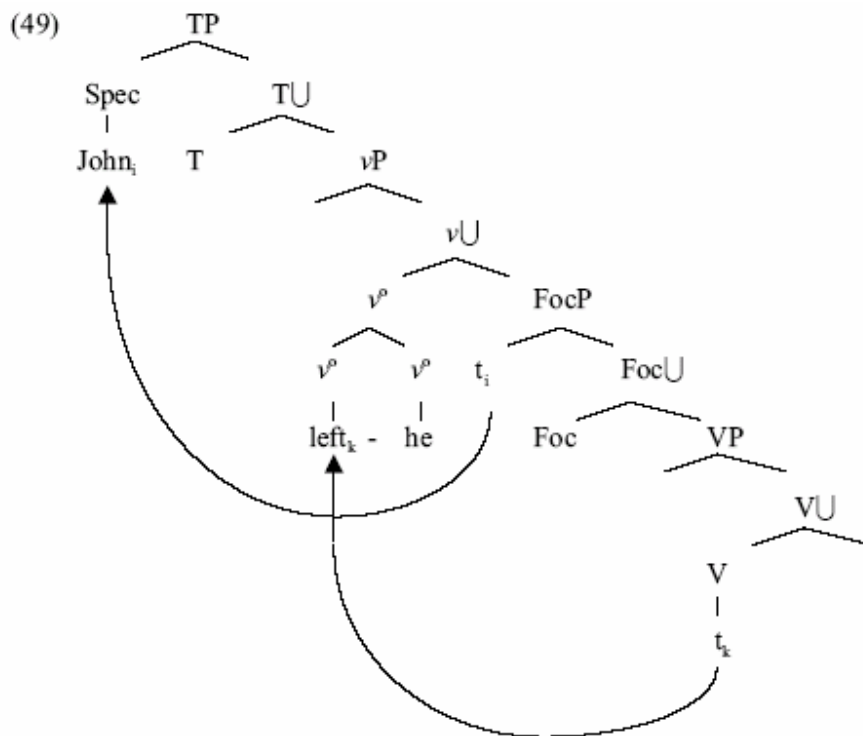
(1) Es inventa

Não se tem aqui uma relação de concordância Spec-Núcleo, se acompanharmos Kato (1999) e supor que o pronome reduzido está em Spec de TP. Também não temos uma relação de concordância entre o pronome reduzido e o XP em tópico. Temos em tópico um NP masculino, singular.

Uma saída seria propor que alguns dos traços valorados por C+T precisam de reforço. Estes traços seriam Número, Pessoa, Caso e D, de EPP.

Acompanhando Simpson e Wu (2002), poderíamos propor que haveria uma categoria de Foco imediatamente abaixo de T e essa categoria forneceria ênfase ou reforço para um dos traços a ser valorados por C+T. Os estudos sobre o PB são quase unânimes em apontar o enfraquecimento da concordância. Vamos supor que algum dos traços carece de reforço. Então, a categoria Foco teria como Spec o XP que vai ocupar a posição sujeito e como núcleo o pronominal reduzido. No caso, o pronominal estaria indicando o traço [+genérico] do XP em focalizado.





Vimos acima que em posição sujeito uma categoria funcional pode realizar o traço [+genérico] estando no plural ou no singular. Vimos também que essa possibilidade é vetada aos pronomes. Isso fica claro nos contrastes (2) e (3).

(2)a. Homens são difíceis de agradar. Eles são difíceis mesmo.

b. Homem é difícil de agradar. *Ele é difícil mesmo.

(3)a. Eu vejo crianças toda hora. De fato, eu as vejo também em todos os lugares.

b. Eu vejo criança toda hora. *De fato, eu a vejo em todos os lugares.

Assim, o contraste entre sujeito e verbo é apenas aparente. O contraste se coloca entre categorias referenciais e pronomes. Nestes últimos número e caso não se dissociam.

Se é assim, podemos concluir que “es” em (1) reflete o traço [+genérico] no NP que ele retoma.

Acompanhando Kato (1999), podemos assumir que a 3ª. Pessoa do singular no verbo é [+pronominal] e por isso seria a concordância ‘default’ na medida em que seria suficiente para licenciar um sujeito (nulo ou pleno). Assim, o preenchimento de Spec TP seria uma consequência de EPP.

Quanto a ‘es’ gostaríamos de sugerir que “es” estaria em Spec do Foco, realizando o traço [+genérico]. Esse item não estaria em Spec de TP porque, se estivesse, a concordância se realizaria. Os dados quantitativos mostram que quando o NP é pleno, sua probabilidade de levar o verbo para o plural é quase categórica.

O estatuto semântico dos NPs [+genéricos]

Em escalas de indeterminação os NPs com o traço [+genérico] ocupam uma posição mais próxima de XPs não referenciais do que os NPs [-genéricos]. Veja-se a escala abaixo:

CYRINO, DUARTE e KATO (2000:59)

Hierarquia referencial

Não-argumental	proposição	[-humano]	[+humano]
-específico			+específico
[-ref]	<.....>		[+ref]

A correlação entre perda de substância fônica e aumento de grau de abstração (ou ‘perda de conteúdo fonético’) é algo fartamente documentado em estudos de gramaticalização. Gostaria aqui de fazer a seguinte consideração: o pronome reduzido ‘es’ estaria mais próximo de expletivos, que são XPs não referenciais, do que de NPs referenciais [+específicos], como o restante dos pronomes no singular.

Esse passo, embora pareça muito ousado, encontra evidências em análise de uso do pronome eles/es, conforme mostra o trabalho de Souza (2007), apresentado aqui em forma de pôster. Souza documenta ocorrências de ‘eles’ em que nenhum elemento explícito no discurso poderia ser apontado como seu antecedente. Trata-se de o mais alto grau de indeterminação, embora, sem dúvida, seja ainda [+referencial].

Com essa informação em mente, voltemos ao estatuto de terceira pessoa do singular. A suposição de que a terceira pessoa seria [+pronominal] parece contra intuitiva, conforme se depreende do trabalho de Duarte (1995). Sua argumentação levava a prever que a terceira pessoa fosse a primeira a manifestar uma tendência de preenchimento e fosse a que violaria com mais vigor o princípio Evite Pronome. Mas os resultados quantitativos apontaram a direção contrária. Para surpresa de todos.

Nesse contexto, gostaria sugerir que a categoria vazia licenciada pelo verbo na terceira pessoa no PB seria um expletivo nulo. Minha sugestão tem como ponto de partida o trabalho de Mathieu (2006), que analisa construções do francês antigo em que não havia concordância entre sujeito de verbo.

3ª. Parte

No francês antigo o verbo pode superficializar como terceira pessoa do singular mesmo na presença de um DP marcado com nominativo.

(12) buenes armes li covan

´good.Nom.3pl weapons NOM 3pl him.DAT need (Mathieu, 2006:4)

O DP teria sofrido Fronteamento estilístico. A valoração como nominativo é claramente possível na ausência de concordância. Não há qualquer elemento interveniente entre T e o XP porque “li” ‘him’ teria cliticizado em T e teria assim não interferido. Isso significa que ‘matching’ não teria ocorrido entre o conjunto de phi de T e o conjunto de traços-phi de ‘buenas armes’ antes do movimento do DP para a periferia esquerda da sentença.

Isso significa que o não pareamento entre nominativo e concordância é também exibido no Islandês. Ver (13).

(13)^a heim likadi ekki pessar atthugasemdir

them.DAT.3ps liked 3p.s. not these comments.NOM 3pl

´they do not like these comments.

Assim, assumindo-se que v e seus traços-phi relevantes são responsáveis pelo licenciamento de caso nominativo nos contextos relevantes, Mathieu segue a crescente tendência de considerar que caso e concordância não são reflexos de uma única relação sintática.

Bejar (2003) sobre Georgiano.

Um consenso crescente é que tense e não a concordância são responsáveis pelo caso nominativo (Haerberli 1999, 2002, Pesetsky e Torrego 2001, Rivero e Geber 2004, Alboiu 2005). Sabemos, independentemente no Francês Antigo que é possível Tense licenciar sujeito nominativo: o francês antigo possuía infinitivo pessoal.

Para explicar tais casos, Mathieu propõe que nestas construções haveria um equivalente nulo do expletivo “il” (que possui traços phi, D e traços de Caso) e seria esse o elemento que

entraria na relação de concordância com o verbo. De fato, expletivos foneticamente realizados teriam ocorrido no Francês apenas a partir do século XVI (ver Buridant 2000).

Como Haeberli (2002), Mathieu propõe que o licenciamento de agreement default não envolve movimento de algum XP (pleno ou nulo) a uma projeção de concordância. É suficiente para o núcleo verbal contenha traços-phi, para entrar numa relação de concordância com T. Quando o verbo alça explicitamente para T, como ocorre no Francês Antigo, ele satisfaz o traço D associado com T (Alexiadou and Anagnostopoulou 1998).

Como em Boeckx(2003), movimento pode ter lugar somente sob pareamento ('match'), Agree não seria pré-requisito para Move.

Conclusão

A ausência de concordância entre pronome reduzido de terceira pessoa e V seria a gênese da formação de expletivo lexicalmente realizado no PB.

Na análise de formas reduzidas, empreendida em Vitral e Ramos (2006), observa-se que a presença de itens como *cê* (redução de *você*); *es* (redução de *eles*); e *sô* (redução de *o senhor*) na função de sujeito não causa agramaticalidade das construções, contrariamente ao que se passa quando esses itens funcionam como objeto. Observem-se os exemplos:

(1)a. *Cê/você* ama a Maria?

b. A Maria ama **ce/você*?

(2)a. *Es/eles* adora(m) a Maria.

b. A Maria adora **es/eles*.

(3)a. *Sô/o senhor* vai sair agora?

b. Maria vai encontrar **sô/o senhor*?

A posição sujeito parece assim ser a sede desses processos de redução fônica que foram analisados, em Vitral e Ramos (2005), como etapas de processos de cliticização. O papel da a posição sujeito nesses processos pode ainda ser comprovada por uma evidência adicional.

No corpus composto de cartas pessoais do final do século XIX, organizado por Lopes (2005), trocadas por membros da família Ottoni, num registro, portanto, bastante íntimo, contabilizamos 42 ocorrências das formas *você/vocês* que aparecem na posição sujeito (26 ocorrências) ou como complemento de uma preposição (16 ocorrências); mas nenhuma na posição objeto. Associado a esta última posição, é soberano o emprego dos pronomes átonos.

Vamos observar agora que, no final do século XIX, era ainda produtivo o uso das formas *vossa mercê* e de suas primeiras reduções como a forma *vosmecê*. No corpus organizado por Chaves e Alkmin (2002), também composto de cartas pessoais e outros tipos de documentos, encontramos 11 ocorrências da forma *vossa mercê* e nenhuma ocorrência de *você* ou *vocês*, o que indica que, nos documentos divulgados por Chaves e Alkmin, empregam-se registros mais formais da língua. De toda maneira, das onze ocorrências, nove aparecem na função de sujeito e duas na função de complemento de preposição. Utilizam-se ainda outras formas de tratamento como *vossa senhoria* ou *o senhor* e, na função de objeto, os pronomes átonos.

Predomina, portanto, o emprego dessas formas de tratamento na posição sujeito e é nesta posição que estas formas sofrem processos de redução, com várias conseqüências empíricas e teóricas já discutidas por Vitral e Ramos (op.cit.). A questão que se coloca, portanto, é a razão da posição sujeito ser a sede desses processos de cliticização.

A intuição apontada em Vitral e Ramos (op.cit.:112) é que a dependência sintática entre a posição sujeito e um núcleo de uma categoria funcional (ou gramatical) pode ser vista como o mecanismo gramatical que está por trás da redução das formas que ocupam a posição sujeito. Propôs-se, mais especificamente, que o fato das categorias funcionais atraírem determinados itens para seu domínio de checagem é o que implementaria a redução fônica e semântica descritas por meio dos processos de gramaticalização. **Essa suposição retoma a afirmação de Roberts e Roussau de que a reanálise no processo de gramaticalização se dá pelo**

O conjunto de dados arrolados acima conduzem a duas conclusões: as formas inovadoras ocorrem na posição sujeito e tais formas podem ser descritas, de modo geral, como resultado de gramaticalização, em que há perda de substância fonética.

Os estudos realizados sobre o PB sobre pronomes nominativos, , portanto, têm permitido observar uma tendência de redução morfofonética nestes itens. O registro, quantificação e identificação de contextos em que a redução ocorre estão presentes em vários trabalhos, alguns deles foram mencionados acima.

Processos semelhantes são documentados em outras várias línguas. Um ponto comum entre as várias descrições é o fato de posição sujeito ser aquela em que, com mais freqüência, o fenômeno é observado. Bresnan (1998) analisa 289 e verifica que pronomes fracos são preferenciais na posição de sujeito.

Tais resultados permitem formular a seguinte questão:

Que correlação há entre o fenômeno da emergência de pronomes fracos e o conteúdo da categoria funcional que licencia sujeitos na língua? Nossa hipótese é que a dissociação entre Número e Caso seja o fator responsável.

Os dados

Concordância

Veja-se em (1) que o pronome forte favorece o verbo no plural, há concordância de número. Com o pronome não-forte, o verbo fica na terceira pessoa do singular, não havendo concordância de número:

- (1)a. es inventa um bocado de coisa (E42)
- b. os próprios industriais, eles num ampliam (E21)

Estes dados não são esporádicos, mas sistemáticos. Sua probabilidade é de .74 (Correa, 1998). Viegas e Jardel mostram que a probabilidade de queda de [l] em pronomes é quase seis vezes maior do que nos outros itens.

Veja-se aqui número e caso parecem ser separados.

Referência genérica

- (1)a. Crianças lêem revistinhas [+genérico].
- b. Criança lê revistinha [+genérico]
- (2)a. Children read comic books.
- b. *Child reads comic books

Para as autoras, no PB o Número e os outros traços estariam separados, mas não no inglês. Nessa última língua a concordância não seria produtiva e por isso todos os traços se realizariam juntos, obrigatoriamente.

Mais uma vez, número e caso parecem ser separados. Os contextos que favorecem os pronomes fracos são aqueles em que o tempo é presente, o aspecto é inconcluso e os traços phi são de 3ª. pessoa, plural e [-específico].

A comparação entre clíticos nominativos e clíticos acusativos

Os clíticos acusativos são [-genéricos], se plural

- (i)a. Eu o fiz [=o que lhe havia prometido]
- b. Eu os fiz [-genérico]
- c. Homens são assim. Contentá-los é difícil.
- d. *Homem é sempre assim. Contentá-lo é difícil.

O plural e o singular, ambos genéricos, só são possíveis em posição sujeito. Assim, haverá alguma categoria que distingue os pronomes acusativo e nominativo, quanto ao traço [+/- genérico]. Veja-se que os clíticos acusativos assemelham-se ao que ocorre em posição sujeito no inglês: só marcam o genérico se se realizam no plural.

Podemos então sintetizar da seguinte forma a tendência que os estudos sobre pronomes em posição sujeitos nos apontam:

Sujeito nulo – V flexionado NUM/PESS>

>sujeito pronominal forte+ V flexionado Num/Pess>

>sujeito pronominal forte+sujeito pronominal fraco +V flexionado NUM/PESS>

> sujeito pronominal fraco+ V flexionado Sem NUM/ 3aPESS

Essa tendência encontra nos dados de mudança, em tempo real e aparente, justificativas de modo a ser descrita como percurso diacrônico. E como outros percursos diacrônicos já estudados, a surgimento de uma nova etapa do processo não implica imediatamente o desaparecimento de ocorrências identificadas como etapas anteriores.

2ª. Parte: Por que 3ª. Pessoa seria a concordância default?

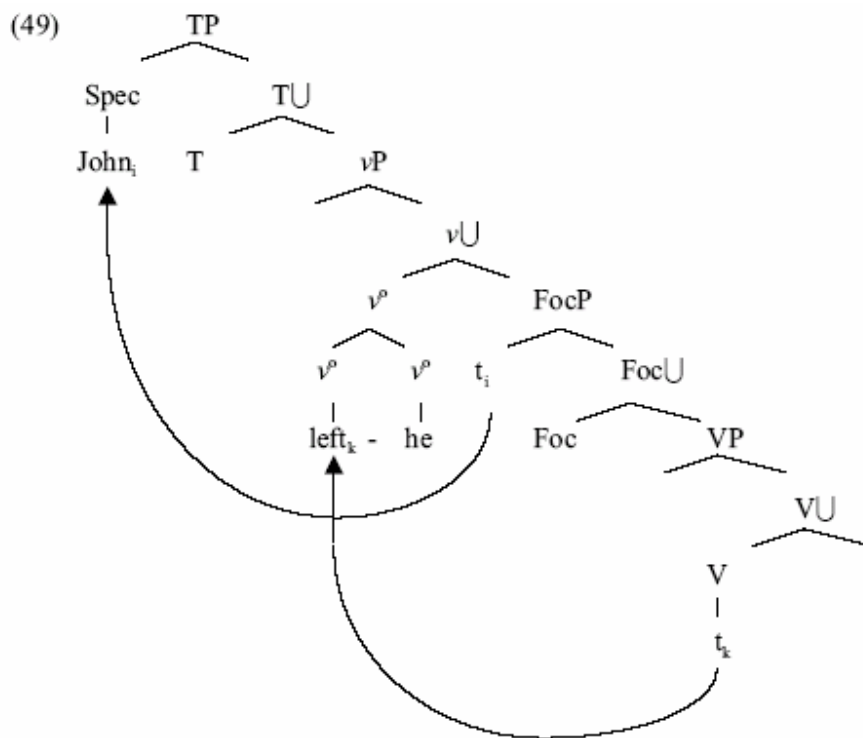
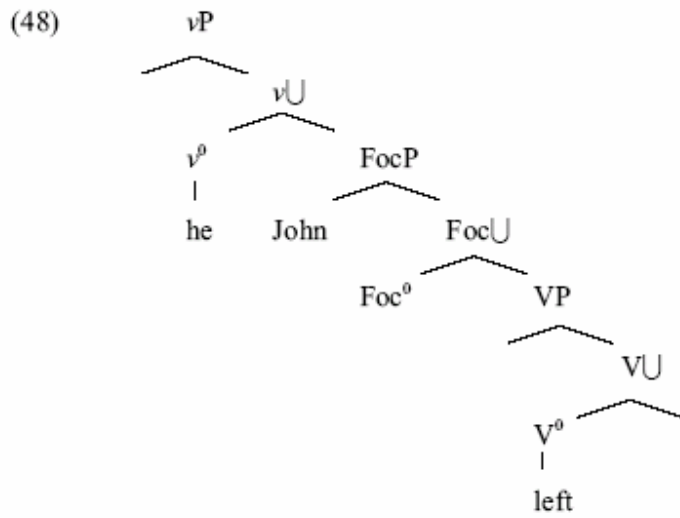
Se tivermos em conta que C+T valoram Caso e o traço D de EPP (Chomsky, 2002) e que a concordância se estabelece numa relação Spec-Núcleo, teremos um problema para explicar a tendência de não concordância observada no PB, apresentada em (1) e repetida abaixo:

(2) Es inventa

Não se tem aqui uma relação de concordância Spec-Núcleo, se acompanharmos Kato (1999) e supor que o pronome reduzido está em Spec de TP. Também não temos uma relação de concordância entre o pronome reduzido e o XP em tópico. Temos em tópico um NP masculino, singular.

Uma saída seria propor que alguns dos traços valorados por C+T precisam de reforço. Estes traços seriam Número, Pessoa, Caso e D, de EPP.

Acompanhando Simpson e Wu (2002), poderíamos propor que haveria uma categoria de Foco imediatamente abaixo de T e essa categoria forneceria ênfase ou reforço para um dos traços a ser valorados por C+T. Os estudos sobre o PB são quase unânimes em apontar o enfraquecimento da concordância. Vamos supor que algum dos traços carece de reforço. Então, a categoria Foco teria como Spec o XP que vai ocupar a posição sujeito e como núcleo o pronominal reduzido. No caso, o pronominal estaria indicando o traço [+genérico] do XP em focalizado.



Vimos acima que em posição sujeito uma categoria funcional pode realizar o traço [+genérico] estando no plural ou no singular. Vimos também que essa possibilidade é vetada aos pronomes. Isso fica claro nos contrastes (2) e (3).

- (2)a. Homens são difíceis de agradar. Eles são difíceis mesmo.
 b. Homem é difícil de agradar. *Ele é difícil mesmo.
- (3)a. Eu vejo crianças toda hora. De fato, eu as vejo também em todos os lugares.
 b. Eu vejo criança toda hora. *De fato, eu a vejo em todos os lugares.

Assim, o contraste entre sujeito e verbo é apenas aparente. O contraste se coloca entre categorias referenciais e pronomes. Nestes últimos número e caso não se dissociam.

Se é assim, podemos concluir que “es” em (1) reflete o traço [+genérico] no NP que ele retoma.

Acompanhando Kato (1999), podemos assumir que a 3ª. Pessoa do singular no verbo é [+pronominal] e por isso seria a concordância ‘default’ na medida em que seria suficiente para licenciar um sujeito (nulo ou pleno). Assim, o preenchimento de Spec TP seria uma consequência de EPP.

Quanto a ‘es’ gostaríamos de sugerir que “es” estaria em Spec do Foco, realizando o traço [+genérico]. Esse item não estaria em Spec de TP porque, se estivesse, a concordância se realizaria. Os dados quantitativos mostram que quando o NP é pleno, sua probabilidade de levar o verbo para o plural é quase categórica.

O estatuto semântico dos NPs [+genéricos]

Em escalas de indeterminação os NPs com o traço [+genérico] ocupam uma posição mais próxima de XPs não referenciais do que os NPs [-genéricos]. Veja-se a escala abaixo:

CYRINO, DUARTE e KATO (2000:59)

Hierarquia referencial

Não-argumental	proposição	[-humano]	[+humano]
-específico			+específico
[-ref]	<.....>		[+ref]

A correlação entre perda de substância fônica e aumento de grau de abstração (ou ‘perda de conteúdo fonético’) é algo fartamente documentado em estudos de gramaticalização. Gostaria aqui de fazer a seguinte consideração: o pronome reduzido ‘es’ estaria mais próximo de expletivos, que são XPs não referenciais, do que de NPs referenciais [+específicos], como o restante dos pronomes no singular.

Esse passo, embora pareça muito ousado, encontra evidências em análise de uso do pronome eles/es, conforme mostra o trabalho de Souza (2007), apresentado aqui em forma de pôster. Souza documenta ocorrências de ‘eles’ em que nenhum elemento explícito no discurso poderia ser apontado como seu antecedente. Trata-se de o mais alto grau de indeterminação, embora, sem dúvida, seja ainda [+referencial].

Com essa informação em mente, voltemos ao estatuto de terceira pessoa do singular. A suposição de que a terceira pessoa seria [+pronominal] parece contra intuitiva, conforme se depreende do trabalho de Duarte (1995). Sua argumentação levava a prever que a terceira pessoa fosse a primeira a manifestar uma tendência de preenchimento e fosse a que violaria com mais vigor o princípio Evite Pronome. Mas os resultados quantitativos apontaram a direção contrária. Para surpresa de todos.

Nesse contexto, gostaria sugerir que a categoria vazia licenciada pelo verbo na terceira pessoa no PB seria um expletivo nulo. Minha sugestão tem como ponto de partida o trabalho de Mathieu (2006), que analisa construções do francês antigo em que não havia concordância entre sujeito e verbo.

3ª. Parte

No francês antigo o verbo pode superficializar como terceira pessoa do singular mesmo na presença de um DP marcado com nominativo.

- (12) buenes armes li covan
'good.Nom.3pl weapons NOM 3pl him.DAT' need (Mathieu, 2006:4)

O DP teria sofrido Fronteamento estilístico. A valoração como nominativo é claramente possível na ausência de concordância. Não há qualquer elemento interveniente entre T e o XP porque "li" "him" teria cliticizado em T e teria assim não interferido. Isso significa que 'matching' não teria ocorrido entre o conjunto de phi de T e o conjunto de traços-phi de 'buenas armes' antes do movimento do DP para a periferia esquerda da sentença.

Isso significa que o não pareamento entre nominativo e concordância é também exibido no Islandês. Ver (13).

- (13)^a heim likadi ekki þessar atthugasemdir
them.DAT.3ps liked 3p.s. not these comments.NOM 3pl
'they do not like these comments.

Assim, assumindo-se que v e seus traços-phi relevantes são responsáveis pelo licenciamento de caso nominativo nos contextos relevantes, Mathieu segue a crescente tendência de considerar que caso e concordância não são reflexos de uma única relação sintática.

Bejar (2003) sobre Georgiano.

Um consenso crescente é que tense e não a concordância são responsáveis pelo caso nominativo (Haeberli 1999, 2002, Pesetsky e Torrego 2001, Rivero e Geber 2004, Alboiu 2005). Sabemos, independentemente no Francês Antigo que é possível Tense licenciar sujeito nominativo: o francês antigo possuía infinitivo pessoal.

Para explicar tais casos, Mathieu propõe que nestas construções haveria um equivalente nulo do expletivo "il" (que possui traços phi, D e traços de Caso) e seria esse o elemento que entraria na relação de concordância com o verbo. De fato, expletivos foneticamente realizados teriam ocorrido no Francês apenas a partir do século XVI (ver Buridant 2000).

Como Haeberli (2002), Mathieu propõe que o licenciamento de agreement default não envolve movimento de algum XP (pleno ou nulo) a uma projeção de concordância. É suficiente para o núcleo verbal contenha traços-phi, para entrar numa relação de concordância com T. Quando o verbo alça explicitamente para T, como ocorre no Francês Antigo, ele satisfaz o traço D associado com T (Alexiadou and Anagnostopoulou 1998).

Como em Boeckx(2003), movimento pode ter lugar somente sob pareamento ('match'), Agree não seria pré-requisito para Move.

Conclusão

A ausência de concordância entre pronome reduzido de terceira pessoa e V seria a gênese da formação de expletivo lexicalmente realizado no PB.

Referências

ALEXIADOU, Artemis, and Elena ANAGNOSTOPOULOU. 1998. Parametrising Agr: word-order, V-movement and EPP-checking. *Natural Language and Linguistic Theory* 16: 451–539.

BEJAR, Susana. 2003. *Phi-syntax: A theory of agreement*. Doctoral dissertation, University of Toronto.

BOECKX, Cédric. 2003. *Quirky agreement revisited*. Ms. Harvard University.

ALKMIM, M. G. R. ; CHAVES, E. . *Cartas Pessoais do Século XIX - Acervo Histórico Monsenhor Horta*. 1ª ed. Mariana: Produção Independente, 2002. v. 50.

CHOMSKY, Noam. 2001. Derivation by phase. In Ken Hale: *A Life in language*, ed. Michael Kenstowicz, 1–52. Cambridge, MA: MIT Press.

CYRINO, S. M.; DUARTE, M. E.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary Aizawa & Esmeralda Vailati NEGRÃO (eds.) (2000) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Vervuert – Iberoamericana. 270 pp.

HAEBERLI, Eric. 2002. *Features, categories and the syntax of A-positions*. Dordrecht: Kluwer.

HAEBERLI, Eric. 1999. *Features, categories and the syntax of A-positions. Synchronic and diachronic variation in the Germanic languages*. Doctoral dissertation, University of Geneva.

KATO, Mary A. (1999) "Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter". *PROBUS*, 11, 1: 1-37.

BARBOSA, Afrânio & LOPES, Célia (orgs.). *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2005,

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. Approches de la langue parlée en français, *Ophrys*, 01/1997

MATHIEU, Eric. 2006a. Quirky subjects in Old French. *Studia Linguistica*.

PESETSKY, David, and Esther TORREGO. 2001. T-to-C movement: Causes and consequences. In Ken Hale: *A life in language*, ed. Michael Kenstowicz, 355–426. Cambridge, MA.: MIT Press.

ALBOIU, Gabriela. 2005. When CP domains are pro-Case. Paper read at the 2005 *Canadian Linguistic Association annual conference*.

RIVERO, Maria-Luisa, and Dana GEBER. 2004. *Raising in Romanian: Move and Agree*. Ms. University of Ottawa.

SIMPSON, Andrew and Zoe Wu (2002): Agreement, Shells and Focus. *Language* Vol. 78, 2. 287-313

BURIDANT, Claude. 2000. *Grammaire nouvelle de l'ancien français*. Paris: Sedes.

VITRAL, Lorenzo; RAMOS, Jânia. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Belo Horizonte: Tempo Brasileiro, 2006.